



Número: **0030532-22.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 30ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO (AUTOR)		GISELLE VALENCA DE MEDEIROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (REU)			
MARCELA MENDONCA SILVA (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64369552	08/07/2020 15:34	Petição Inicial	Petição Inicial
64369554	08/07/2020 15:34	DADOS PESSOAIS	Documento de Identificação
64369555	08/07/2020 15:34	BO	Outros (Documento)
64369556	08/07/2020 15:34	DOC MÉDICO	Outros (Documento)
64369558	08/07/2020 15:34	SINISTRO_0001	Outros (Documento)
64373580	08/07/2020 16:34	Decisão	Decisão
64434888	09/07/2020 14:46	Certidão	Certidão
64434906	09/07/2020 14:48	Intimação	Intimação

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível da
Comarca de Recife – Estado de Pernambuco.

JOSÉ LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, estudante, portador da cédula de identidade nº 8.553.788 SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 116.319.904-46, residente na Rua Bezerra da Palma, 167, Aldeia dos Câmara, Camaragibe - PE, CEP 54.792-110, vem, através de seus bastantes procuradores e advogados infra-assinados, constantes da procuração anexa, com endereço profissional na Rua Francisco Alves, 105, sala 104, Ilha do Leite, Recife – PE, onde recebem as intimações legais, fones: 3423-6256/3221-7599, e-mail: gvmed@hotmail.com, à presença de Vossa Excelência, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA REFERENTE À INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede a Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, bairro Centro, município do Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, diante os motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I – GRATUIDADE DA JUSTIÇA

PRIMEIRAMENTE, esclarecemos que a parte autora não tem condições de arcar com os custos do processo, sem que reste comprometido seu sustento e de sua família, como faz prova declaração acostada aos autos, pelo que de logo requer a concessão do benefício da gratuidade, nos termos da Lei 1.060/50.

II – DOS FATOS

O AUTOR foi vítima de acidente de trânsito em 21/07/2019, conforme boletim de ocorrência anexo de nº 19E0127006747, quando estava andando em uma bicicleta e foi atingido por um veículo que o fez cair violentamente no chão.

O AUTOR foi socorrido para a UPA da Caxangá e devido a gravidade de seu caso foi transferido para o Hospital da Restauração. Teve, além de várias lesões, TCE – Traumatismo Crânio Encefálico, fratura da extremidade distal do rádio e do cúbito, sendo submetido a cirurgia.

O acidente comprometeu suas atividades diárias – remuneradas e não remuneradas - uma vez que, por conta do acidente, o AUTOR não consegue mais levar uma vida normal. Sente muitas dores de cabeça, tem desmaios, não consegue mais carregar peso. Não consegue fazer exercícios, etc. Devido ao



acidente, o AUTOR tem dificuldades para realizar tarefas básicas.

Assim, o acidente causou ao AUTOR incapacidade para ocupações habituais de caráter permanente. Todavia, o AUTOR deu entrada no seguro obrigatório DPVAT, não recebendo o valor correto a título de indenização, mas apenas a importância de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

III – DO DIREITO

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o *Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre* – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de tornar mais efetiva ao fim que se destinava.

O seguro obrigatório, como é comumente conhecido, é um seguro especial de acidentes pessoais, decorrente de uma causa súbita e involuntária, destinado às pessoas transportadas ou não, que porventura venham a ser lesionadas por veículos em circulação.

Na lição de Sérgio Cavalieri Filho, pode-se dizer que o seguro obrigatório deixou de ser caracterizado como um seguro de responsabilidade civil do proprietário, para se transformar em um *seguro social* em que o segurado é indeterminado, ó se tornando conhecido quando da ocorrência do sinistro, ou seja, quando assumir a condição de vítima de um acidente automobilístico. Segundo o autor, o proprietário do automóvel, ao contrário do que ocorre no seguro de responsabilidade civil, não é o *segurado*, e sim o *estipulante em favor de terceiro*.

Sob esta interpretação, pode-se dizer, ainda conforme o precitado autor, que não há um contrato de seguro propriamente dito, e sim uma obrigação legal, um seguro de responsabilidade social imposto por lei, para cobrir os riscos da circulação dos veículos em geral.

Assim, os veículos no momento do licenciamento anual, ficam obrigados a recolher o valor do seguro obrigatório de responsabilidade civil. É, aliás, condição para que os veículos possam trafegar, como aponta Rui Stocco em RESPONSABILIDADE CIVIL E SUA INTERPRETAÇÃO JURISPRUDENCIAL, RT, p. 205.

E continua o ilustre doutrinador sobre o tema: “É caracterizado como uma interferência do poder público na liberdade das pessoas, com o objetivo de proteger as vítimas de acidente, nas atividades que considerou de extremo perigo como *ad exemplum*, a condução de veículos automotores”.

A cobertura do seguro obrigatório abrange todos os danos pessoais sofridos, inclusive os sofridos pelo próprio segurado. O seguro prevê indenização nos casos de: morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares.

Conforme preceitua o art. 5º da Lei nº 6.194/1974, de 19/12/1974: “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não



resseguro, abolida qualquer franquia da responsabilidade do segurado”.

O artigo 3º daquele diploma legal, foi alterado pelo art. 8º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, que passou a estipular os seguintes valores a serem cobertos pelo seguro. Vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada.

I – R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II – ATÉ R\$ 13.500,00(mil e quinhentos reais) -no caso de invalidez permanente;

III – ATÉ R\$2.700,00(dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Resta claro e provado que não foi pago a parte autora o valor a que teria direito, e, assim sendo, impõe-se a condenação da RÉ ao pagamento integral do valor do seguro, conforme estabelecido no art. 3º e seus incisos da Lei 6.194/1974:

APELAÇÕES CÍVEIS - SEGURO DPVAT - DIFERENÇA DEVIDA - PAGAMENTO REALIZADO A MENOR NA ESFERA ADMINISTRATIVA - PRESCRIÇÃO INEXISTENTE - RECÁLCULO DO VALOR DEVIDO - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSOS CONHECIDOS COM PARCIAL PROVIMENTO DO PRIMEIRO E NÃO PROVIMENTO DO SEGUNDO. - Em obediência à hierarquia das normas e ao princípio da legalidade, não possui o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) ou a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) competência para fixar e/ou limitar o valor da indenização para o seguro DPVAT. - Em obediência ao princípio do 'tempus regitactum', a concessão da indenização do seguro DPVAT está atrelada aos requisitos previstos na legislação de regência vigente no momento do acidente automobilístico. - A ausência à época de parâmetros para quantificar valores, não autoriza a fixação da indenização em seu teto máximo, pois a palavra "até", constante do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/74, em sua redação primitiva, impõe ao juiz o dever de julgar com razoabilidade e equidade, adaptando a regra existente, mesmo que lacunosa, à situação concreta, observando-se os critérios de justiça, sob pena de se ferir os preceitos insculpidos no art. 4º, da LINDB, e art. 126, do CPC. Súmula nº 474, do STJ. - O prazo prescricional para cobrança do seguro obrigatório encontra-se regulado pelo inciso IX, do parágrafo terceiro, do artigo 206, do Código Civil de 2002, tratando-se de seguro de responsabilidade civil (objetiva) obrigatório. Súmula 405, do Superior Tribunal de Justiça. Prescrição trienal não reconhecida, pois o lapso temporal que medeia a data do recebimento parcial da verba indenizatória e a data do ajuizamento da ação é inferior a 03 (três) anos. - Recebida administrativamente a indenização a menor, o valor da diferença deve ter por base o salário mínimo vigente à época do pagamento realizado a menor, eis que fora o salário utilizado para se



calcular o pagamento efetivado, no s termos do art. 5º, § 1º, da Lei n.º 6.194/74, e, a partir desta data, acrescido de correção monetária pelo índice da CGJ/MG, além de juros de mora, contados a partir da citação.
- Sucumbência recíproca. Custas e honorários proporcionais.
(TJ-MG - AC: 10687090726823001 MG, Relator: Corrêa Camargo, Data de Julgamento: 23/04/2013, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/04/2013)

Ademais, o seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em Lei.

A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

É de se destacar, por imperioso, o recibo de quitação é sempre lavrado em termos genéricos, não podendo liberar o devedor, notadamente em razão do valor indenizatório estar estabelecido por lei, como notadamente presente, como já decidiu inclusive a n. 10ª câmara do E. 1º TACSP nos autos a apelação 719.238-7, cuja ementa a seguir transcrevemos:

“Seguro obrigatório – responsabilidade civil – acidente de trânsito– fixação do valor imposto por lei não podendo ser objeto de transação entre as partes – proteção do segurado que é a parte mais fraca no contrato – invalidade da quitação por valor menor que o da indenização por força de tal princípio – determinação da sentença para que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação – cobrança procedente improvido.

ACORDÃO

Seguro obrigatório por acidente automobilístico – Valor fixado é imposto por lei e não pode ser objeto de transação entre as partes. Norma visa proteger o segurado que é a parte mais fraca do contrato. Quitação dada por valor menor que o da indenização não tem validade por força de tal princípio – correto a determinação contida na indenização que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação. Apelação desprovida”.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se à Vossa Excelência:

1.- OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA.

2.- O JULGAMENTO PROCEDENTE DA PRESENTE AÇÃO COM A CONDENAÇÃO DA PARTE RÉ COM BASE NA INDENIZAÇÃO PREVISTA PELA LEI Nº 6.194/74 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS A ESPÉCIE, NO VALOR DE R\$ 11.812,50 (ONZE MIL OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

3.- A CONDENAÇÃO DA RÉ NAS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS, BEM



COMO NO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A SEREM
FIXADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

4.- A CITAÇÃO DA RÉ PARA, QUERENDO, OFERECER CONTESTAÇÃO NO
PRAZO LEGAL.

5.- O AUTOR NÃO DESEJA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito
admitidos, e em especial pelo depoimento pessoal da RÉ, perícia, oitiva de
testemunhas e tudo mais que se fizer necessário para o julgamento desta ação.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.812,50

Recife (PE), 01 de julho de 2020.

GISELLE VALENÇA DE MEDEIROS
Advogada
OAB/PE 17.828



PROCURAÇÃO

PARTE OUTORGANTE:

Nome: José Lucas Alves da Silva do Nascimento
brasileiro (a), estado civil: Solteiro, profissão: Estudante,
RG nº 8.553.788 SPS/PE, CPF/MF nº 116.319.904-46, com
endereço residencial na Rua Bezerra da Palma, 167,
Aldéia dos Camarás - Camaragibe - PE.
cep. 54792-110

PARTE OUTORGADA:

GISELLE VALENÇA DE MEDEIROS e BRUNA VITALINO DA CONCEIÇÃO, brasileiras,
sendo a primeira advogada, devidamente inscrita na OAB/PE sob o nº 17.828 e a
última estudante de direito, todos com endereço profissional à Rua Francisco
Alves, 105, sala 104, Recife – PE, onde recebem as intimações legais.

PODERES:

Para representar a PARTE OUTORGANTE em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal,
com poderes incluídos nas cláusulas “ad judícia” e “ad judícia et extra”, podendo
propor ações, requerer, contestar, indicar provas e testemunhas, transigir,
recorrer, desistir, renunciar a crédito, receber valores e dar quitação, levantar
quantias em depósito judicial através de Alvará, firmar compromissos,
substabelecer no todo ou em parte, bem como todos os poderes permitidos em
direito sempre no interesse do outorgante.

Recife, 04 de Março de 2020.

José Lucas A. da S. do Nascimento
outorgante



DECLARAÇÃO DE POBREZA

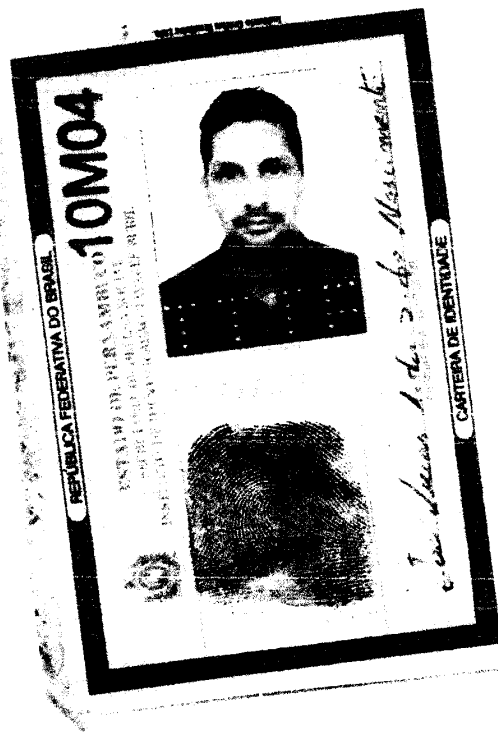
Eu, José Lucas Alves da Silva do Nascimento,
brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº 8.553.788 SP5/PE
inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 116.319.904-46, residente
na Rua Bezerra da Palma, 167, Aldeia dos
Camões - Camangaibe - PE.
cep 54792-110

declaro para os devidos fins, sob as penas da Lei de Assistência Judiciária nº 1.060/50 e demais legislações aplicáveis à espécie, e sob minha própria responsabilidade, que não tenho condições financeiras de pagar custas do processo, despesas com publicações e/ou outras despesas concernentes, sem prejuízos próprios.

Recife, 17 de Março de 2020

José Lucas A. da S. do Nascimento
Declarante





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.553.788 DATA DE EXPEDIÇÃO 09/05/2018

NOME << JOSÉ LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO >>

FILIAÇÃO << LUCAS ALVES DA SILVA >>
<< JOSINETE SOARES DO NASCIMENTO >>

NATURALIDADE CAMARAGIBE - PE DATA DE NASCIMENTO 10/05/1994

DOO. ORIGEM << CN.43909 LA38 F.187V CART. SEDE CAMARAGIBE-PE 12.03.1999 >>

CPF 116.319.904-46

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 29/04/80

R416344681207173750.8121425 F-81 22.858 3032



Caso deseje apresentar alguma reclamação, sugere-se que você ligue 135 ou encaminhe e-mail através do Fale Conosco, localizado no PrevNet (www.previdencia.gov.br).



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



010740



JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO
BEZERRA DA PALMA 167
ALDEIA DOS CAMARA
CAMARAGIBE - PE
54792.110



5013196987420820000001869330051119

REMETENTE

018839

INSS
AG DA PREVIDENCIA SOCIAL CAMARAGIBE
AV DOUTOR BELMINO CORREIA
TIMBI
CAMARAGIBE - PE
54768.000

- ☐ MUDOU-SE
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO
☐ DESCONHECIDO

- ☐ RECUSADO
☐ NÃO PROCURADO
☐ AUSENTE
☐ FALECIDO

- ☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO
☐ OUTROS

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM:

EM:

RESPONSÁVEL

VISTO

Impresso pela Dataprev

FORM: ATU20X





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 037ª CIRCUNSCRIÇÃO - CAMARAGIBE - DP37ªCIRC
DIM/9ªDESEC

DMs 566735
0451682 / 19
549710
0332931/19

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E0127006747

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **25/09/2019** às **15:23**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumados) que aconteceu no dia **21/7/2019** às **21:30**

Fato ocorrido no endereço: **ESTRADA DE ALDEIA, 01, ESTRADA DE ALDEIA, 01** - Bairro: **ALDEIA**
- **CAMARAGIBE/PERNAMBUCO/BRASIL**
Local do Fato: **RODOVIA ESTADUAL**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR \ AGENTE)
JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**
BICICLETA: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **JOSINETE SOARES DO NASCIMENTO** Pai: **LUCAS ALVES DA SILVA** Data de Nascimento: **10/5/1994** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **8553788/SDS/PE (RG)** Escolaridade: **2º. GRAU COMPLETO** Profissão: **OUTRAS PROFISSOES** Telefones Celulares: **- 984350817**

Endereço Residencial: **BAIRRO DE TABATINGA (BAIRRO), 310, RUA SÃO MIGUEL 310 - CEP: 55000-000** - Bairro: **TABATINGA - CAMARAGIBE/PERNAMBUCO/BRASIL**

DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: **Desconhecido** Mãe: **DESCONHECIDO** Pai: **DESCONHECIDO** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

VEICULO (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**
Categoria/Marca/Modelo: **DESCONHECIDO/DESCONHECIDO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**
Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **NAO INF** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)



BICICLETA (BICICLETA) de propriedade do(a) Sr(a): **JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO**,
que estava em posse do(a) Sr(a): **JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO**
Categoria/Marca/Modelo: **BIKE TRIAL/CALO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**
Cor: **PRETA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Complemento / Observação

A VÍTIMA INFORMOU NESTA DELEGACIA QUE: DESCIA A LADEIRA DA ESTRADA DE ALDEIA E FOI ATINGIDO POR UM VEICULO DESCONHECIDO QUE EVADIU-SE DO LOCAL DO ACIDENTE E NÃO PRESTOU SOCORRO A VITIMA. QUE FOI LEVADA PARA A UPB DA CAXANGÁ POR UM VIZINHO, E DE LÁ, REMOVIDO PARA O HR COM FRATURA NO PUNHO DIREITO. É O FATO DESTA B.O.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO
(VITIMA)

x *Jose Lucas A da S. do N.*

Fernando Jose de Almeida

B.O. registrado por: **FERNANDO JOSE DE ALMEIDA** - Matrícula: **3847659**



HOSPITAL DA RESTAURACAO

Sumário da Classificação de Risco - Protocolo

MANCHESTER_V2

Data e hora retirada da senha: 21/07/2019 23:42

Nome Paciente: JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIEMNT
Cód. Paciente:
Data de Nascimento: 10/05/1994
Sexo: Masculino
Idade: 25
Senha: U0050
Convênio:
Atendimento:
SAME:

Período: 21/07/2019 23:44 - 21/07/2019 23:45

ANGELA MARIA OLEGARIO - COREN: 54024 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Finalidade:

Cor: AMARELO

Queixa Principal: PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE BICICLETA APOS COLIDIR COM CARRO HA CERCA DE 3 H E MEIA REFERE PERDA DE CONSCIENCIA E APRESENTA DEFORMIDADE EM MSD

Referência: REFERE DOR NO LOCAL

Observação: DEMANDA ESPONTANEA

Planoograma sintoma: TRAUMA CRANIOENCEFÁLICO

Discriminador(es): - HISTÓRIA DE INCONSCIÊNCIA?

Especialidade: NEUROCIRURGIA ADULTO

Sinais Vitais Lidos: - ESCLA COMA DE GLASGOW ADULTO: 15

- REGUA DE DOR: 6

22/07/19

(03:30h)

Intubado

Paciente vítima de ac. de Bicicleta após,
com dor + deformidade em antebraço @; No exame:
NVE; Sem fraturas; Rx: Fratura fechada antebraço @

Im: Fratura fechada antebraço @

Im: @ Intubado

@ Intubado após alta dos
demais Univas

Assinado eletronicamente por: GISELE VALENCA DE MEDEIROS - 08/07/2020 15:34:10
https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070815341066400000063177434
Número do documento: 20070815341066400000063177434

Acolhido(a) por: ANGELA MARIA OLEGARIO - COREN: 54024 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 21/07/2019 23:45



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO

SERVIÇO DE NEUROTRAUMATOLOGIA - FICHA DE ESCLARECIMENTO

Atendimento nº: LG86626

Nome: Jose Lucas Alves da Silva do Nascimento

Foi atendido às 23:58 h do dia 21 / 07 / 19

Diagnóstico Provável TCE Lux

data da alta 22 / 07 / 19

Este paciente deverá retornar para EMERGÊNCIA em caso de:

CEFALÉIA (dor de cabeça que não alivia)

VÔMITOS

PARALISIAS (que aparecem após a alta)

ANISOCORIA (MENINA DOS OLHOS MAIOR DO QUE A OUTRA)


CONVULSÃO

OBS: Analgésicos que podem ser utilizados desde que não haja

Alergia (NOVALGINA, ANADOR, TYLENOL)

~~Atendimento Ambulatorial de NEUROCIRURGIA~~

Bruno R. Rosado
Residência em Neurocirurgia
CREMEPE 27872

Observação: 

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar ou ambulatorial para INSS, Empresas, Escolas, Ministério do Trabalho, Continuidade do tratamento ambulatorial, segundo a recomendação, Nº 04 / 2002 do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Cod. 0163





Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco
Hospital da Restauração

Ficha de Atendimento

Número do Atendimento

1456981

Data e Hora de Atendimento:
21/07/2019 23:58

Local de Entrada: EMERGENCIA GERAL

Atendimento Manual:

Nr. Prontuário: 1686626 Paciente: JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO Nm. Social:
Data de nascimento: 10/05/1994 Idade: 25a 2m 11d Sexo: MASCULINO

Estado Civil: SOLTEIRO Profissão: Acompanhante: LUCICLEIDE TAVARES

DOC ID / Data expedição: 8553788 / 09-Mai-18 Mãe: JOSINETE SOARES DO NASCIMENTO
Pai: LUCAS ALVES DA SILVA

Cartão SUS:

Endereço: RUA DA LAPA
Bairro: TABATINGA
Cidade: CAMARAGIBE

Numero 300
Complemento:
UF: PE Telefone: 73189406

Ocorrências:

Motivo do atendimento: OUTRAS COLISÕES

Procedência: DOMICILIO

Informações do Serviço Social:

Confirmação de nome:

Fones:

Assistente Social

Confirmação de endereço:

Providências: Alta ☐ Caso Social ☐

Encaminhamentos: Rede de Apoio ☐ GPCA ☐ Cons. Tutelar ☐ Delegacias ☐ Minist. Publico ☐

Outros ☐

Observação:

Assistente Social

História Clínica: Paciente vítima de queda de bicicleta após colisão com
cano \pm 3 horas e meia i refere dor de musculatura lombar
difusa. Paciente com queixa de dor e edema em MSD
* Refere alergia a aspirina

RECIBO BAIXADO
FUNÇÃO: NÚMERO:

SES - HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO
TOMOGRAFIA DA EMERGENCIA
DATA: 21/07/2019
MÉDICO: J. J. J.
TÉCNICO: J. J. J.
CONTRASTE: J. J. J.

Atendimento Médico
Perda de consciência: Sim ☒ Não ☐ Episódio Emético: Sim ☐ Não ☒ Acidente de Trabalho: Sim ☒ Não ☐
Acidente de Trânsito: Sim ☒ Não ☐ Tipo: Transporte realizado Por: EXAME
Imobilização Cervical: Sim ☐ Não ☒ Sofreu Queda: Sim ☐ Não ☒ Altura:
Condições de imobilização adequadas: Sim ☐ Não ☒ Por Que? ausência de collar cervical

Exame Físico:

A. Geral: Via aérea está pervia: Sim ☒ Não ☐ O paciente fala: Sim ☒ Não ☐ Temp:

paciente com vias aéreas pervias; paciente fala; seu uso de collar cervical

B. Respiratório MV @ em ART SL PA: expansibilidade torácica simétrica saturação 98%

C. Circulatório PA: X mm Pulso: bpm

RRR em RT BNF SLS; FC = 94 bpm

ausência de sangramentos

F. M. J. J.



D: Exame Neurológico		Deficiência motora: MSD <input type="checkbox"/> MSE <input type="checkbox"/> MID <input type="checkbox"/> MIE <input type="checkbox"/>				Pupilas: Isocóricas <input type="checkbox"/> Anisocóricas <input type="checkbox"/>	
Glasgow: Abertura Ocular		Glasgow: Resposta Verbal		Glasgow: Resposta Motora			
Escore: 4		Escore: 5		Escore: 6			
<p>Glasgow = 4 + 5 + 6 = 15. ausência de déficit motor. <input type="checkbox"/></p> <p>consciente e orientado.</p>							
<p>E: Exposição/Abdômen:</p> <p>— abdome plano, depressível, fígado maior à palpação, sem sinais de irritação peritoneal, HHA ⊕.</p> <p>— Exame e deformidade em MSD, com dor importante à palpação e contusões em região frontal à direita.</p>							
Diagnóstico Inicial: 1) politrauma 2) TCE leve.						Cod. Procedimento	
Condução: 1) Sufixo TAC de crânio e cervical sem contraste 2) Sufixo Raio X de tórax e pulso em AP - Raio X de bacia à D e pulso à D em AP e perfil 3) Sufixo avaliação de NCR e de ortopedia						Ass. Médico	
Evolução de Enfermagem: 4) Trauma do abdome - 11 curp + 8 fístulas de conteúdo fecal.						gem	
<p>Definição do Caso:</p> <p><input type="checkbox"/> Internamento <input type="checkbox"/> Cirurgia <input type="checkbox"/> Óbito <input type="checkbox"/> Termo de Alta a Pedido <input type="checkbox"/> Evadiu-se <input type="checkbox"/> Alta</p> <p>Internado na Clínica:</p> <p>Transferido para:</p>						<p>Condição de Alta:</p> <p><input type="checkbox"/> Curado <input type="checkbox"/> Melhorado</p> <p><input type="checkbox"/> Inalterado <input type="checkbox"/> Piorado</p> <p><input type="checkbox"/> Óbito</p>	
<p>Autorização para Alta / Internamento / Transferência:</p> <p>Médico: _____ CRM: _____ Data: _____ Hora: _____</p> <p>Termo de responsabilidade para Internamento:</p> <p>- Estou ciente das normas existentes neste hospital, as quais aceito integralmente e autorizo a realização de tratamento, clínico e/ou cirúrgicos inclusive transfusões e sem exames complementares e transporte se forem necessários.</p> <p>Data: _____ Nome completo legível: _____</p> <p>No. da identidade: _____ Assinatura: _____</p> <p>Termo de responsabilidade de alta a pedido:</p> <p>- Responsabilizo-me pela imediata retirada do paciente neste nosocômio, bem como tenho absoluto conhecimento sobre todas as consequências que deste ato possam advir.</p> <p>Data: _____ Nome completo legível: _____</p> <p>No. da identidade: _____ Assinatura: _____</p> <p style="text-align: center;">Data e Hora Impressão: 21-Jul-19</p>							





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO (S) ESPECIAL (S)



Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

Hospital da Restauração

2 - CNES

0000655

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Justina Alves de Silva

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

1686626

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

10 - TELEFONE DE CONTATO

11 - ENDEREÇO DE RESIDÊNCIA

12 - TELEFONE DE CONTATO

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO (S) ESPECIAL (S)

13 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

TAC de Coração

14 - CÓD. PROCEDIMENTO QTDE

15 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

TAC de Coluna Cervical

16 - CÓD. PROCEDIMENTO QTDE

17 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

18 - CÓD. PROCEDIMENTO QTDE

19 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

20 - CÓD. PROCEDIMENTO QTDE

21 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

22 - CÓD. PROCEDIMENTO QTDE

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

TCE

SEB HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO
TUMORGRAFIA DE EMERGÊNCIA
DATA: 06/07/2020
MÉDICO: [Assinatura]
TÉCNICO: [Assinatura]
EXAME: [Assinatura]
21 - DATA DE SOLICITAÇÃO
21/07/19

23 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

PROFISSIONAL SOLICITANTE

25 - Nº DOCUMENTO (CNS / CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

26 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO E CONSELHO)

27 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

AUTORIZAÇÃO

28 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

29 - Nº DOCUMENTO (CNS / CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

30 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO E CONSELHO)

Cod. 0421



NCR

22/07/19

03-15


Jom Lucas, 25a

TC de Crânio/Cervical um lesão neurocirúrgica aguda

Glasgow 15 PEFE max. 4 minutos

CD: alta da NCR

acomp. traumato


Bruno R. S. Rosado
Resid. Neurocirurgia
CREMEPE 27872





Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco

HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO



PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

Paciente

João Lucas Alves

Enfermaria/Leito

Registro

1456981

EVOLUÇÃO CLÍNICA

Data	Assinatura
07/06/20	Cec. Henrique
<p>- Pac. 51, vítima de acidente de trânsito em uma rua sem sinalização de trânsito e atropelamento.</p> <p>1) Alta de car. med.</p> <p>2) Do cur. de lesões traumáticas.</p>	
<p><i>Cesar Henrique Lyra</i> CRM 14.138</p>	
07/05	A. O. P. O. S. I. O.
<p>HT: FRATURA DO PUNHO DIREITO</p>	
<p>PACIENTE > 1 SEM PROGRESSO DA LESÃO AGUARDANDO A CIRURGIA</p>	
<p><i>Van M. B. C.</i> CRM 14501</p>	



**LAUDO MÉDICO E ATESTADO MÉDICO
(AO INSS - PERÍCIA MÉDICA)**

PACIENTE: JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O (A) PACIENTE ACIMA CITADO ESTEVE INTERNADO EM NOSSO SERVIÇO ONDE FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO RECEBENDO ALTA HOSPITALAR APOS MELHORA CLÍNICA.

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O (A) PACIENTE ACIMA CITADO NECESSITA AFASTAR-SE DAS ATIVIDADES LABORAIS POR UM PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS A PARTIR DESTA DATA.

RETORNO AO AMBULATÓRIO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DO HOSPITAL MEMORIAL JABOATÃO PARA CONSULTA DE RETORNO NO DIA E HORÁRIO MARCADO ABAIXO.

CID-10: S526 - FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO E DO CÚBITO [ULNA]

DATA DE INTERNAMENTO: 22/07/2019

DATA DA CIRÚRGIA: 29/07/2019

DATA DE ALTA: 30/07/2019

DATA CONSULTA DE RETORNO: 12/08/2019

HORÁRIO: 07:00

MEDICO ASSISTENTE: DR. JARBAS SIZENANDO SILVEIRA FILHO

JABOATÃO DOS GUARARAPES, 30 DE JULHO DE 2019

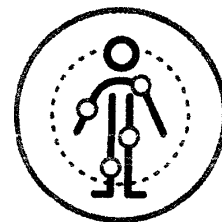
MEDICO: ELDER DE VASCONCELOS CARVALHO

Dr. Elder Carvalho
Ortopedia
CRM / PE 22023



Dr. Pedro Marques

Ortopedista e Traumatologista - CRM 8594



LAUDO DE PERÍCIA MÉDICA PARA DPVAT

DADOS PESSOAIS

Nome do paciente JOSE LUCAS ALVES DA SILVA LOPES
Data de nascimento 10 / 05 / 1994 RG 8553788 SDS CPF 116.319.904 / 46

DADOS CLÍNICOS

Data do primeiro atendimento 21 / 07 / 2019

Nº do B.O. 19E0127006747

Resumo clínico Prezere vítima de acidente de trânsito; sofreu fratura torácica c/ lesão aberta no 1º costal à direita do tórax.

Diagnóstico Fratura 1/3 distal osso do punho direito

Tratamento União c/ placa + parafusos

Sequelas 1 - Atrofia do 1º costal
2 - Cicatrizes nos membros de baixo braço
de 1º e 2º membros superiores 70%.

Data da alta ambulatorial definitiva 29 / 01 / 2020

Abreu e Lima, 29 de Janeiro de 2020

Dr. Pedro Marques
Ortopedista
CRM-PE 8594

Médico (CRM)



SINISTRO 3200058137 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** GENTE**SEGURADORA** S/A**BENEFICIÁRIO** JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO**CPF/CNPJ:** 11631990446**Posição em 17-03-2020 11:55:55**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
03/03/2020	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 30ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810296

Processo nº **0030532-22.2020.8.17.2001**

AUTOR: JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DECISÃO

Tendo em vista o teor da declaração e em obediência art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil vigente, defiro a gratuidade da justiça.

Cite (m)-se o(s) demandado(s) na forma requerida, para no prazo legal, querendo, sob pena de revelia, contestar(em) a postulação e indicar(em) as provas que pretende(m) produzir.

Da análise dos autos, verifico, que, para ulatimação processual, necessita o feito de realização de perícia médica, a fim de que seja graduada a incapacidade ou debilidade permanente do autor, com arrimo nos artigos 6.194/74 C/C anexo da Lei 11.945/09.

Considerando a informação prestada pela Coordenadoria Geral do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos (CGSRCAC), mediante o Ofício 005/2015- TJPE/CGSRCAC, de que a Seguradora Líder compromete-se a custear as despesas referentes aos trabalhos realizados pelos peritos nomeados pelos Magistrados nos processos do Consórcio do Seguro DPVAT, hei por bem **nomear como perito(a) deste juízo, o Dra. MARCELA MENDONÇA SILVA, CRM – 15.591, médico(a) especialista em medicina do trabalho e clínica médica, assim como fixo os honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais).**

Desta feita, intime-se o(a) Dr.(a) Perito(a), **através de intimação eletrônica já que possui da Certificação Digital ou em última hipótese, na Rua Simão Mendes, nº92/401, Jaqueira, Recife/PE, CEP 52050-110, Telefone: 81 999940135, 81 988122520 ou 81 32684030**, para comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias e tomar o compromisso de estilo, lavrando-se termo, bem como designando data e hora para a respectiva perícia.

Determino o prazo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do compromisso, para entrega do laudo pericial.

Após a realização da perícia, **determino, no mesmo ato da citação, a intimação da Seguradora Líder** para custear a despesas referente ao trabalho realizado pelo perito, informando que o valor deverá ser depositado, no prazo de 15 (quinze) dias.

Demais intimações necessárias. Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 8 de julho 2020.

Carlos Eugênio de Castro Montenegro

Juiz de Direito

com





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 30ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0030532-22.2020.8.17.2001

AUTOR: JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)(s) perito(a)(s) MARCELA MENDONCA SILVA - CPF: 028.852.334-27 (PERITO)

RECIFE, 9 de julho de 2020.

MARILIA DOHERTY AYRES

Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 30ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0030532-22.2020.8.17.2001

AUTOR: JOSE LUCAS ALVES DA SILVA DO NASCIMENTO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 30ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 64373580, conforme segue transcrito abaixo:

"DECISÃO Tendo em vista o teor da declaração e em obediência art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil vigente, defiro a gratuidade da justiça. Cite (m)-se o(s) demandado(s) na forma requerida, para no prazo legal, querendo, sob pena de revelia, contestar(em) a postulação e indicar(em) as provas que pretende(m) produzir. Da análise dos autos, verifico, que, para últimação processual, necessita o feito de realização de perícia médica, a fim de que seja graduada a incapacidade ou debilidade permanente do autor, com arrimo nos artigos 6.194/74 C/C anexo da Lei 11.945/09. Considerando a informação prestada pela Coordenadoria Geral do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos (CGSRCAC), mediante o Ofício 005/2015- TJPE/CGSRCAC, de que a Seguradora Líder compromete-se a custear as despesas referentes aos trabalhos realizados pelos peritos nomeados pelos Magistrados nos processos do Consórcio do Seguro DPVAT, hei por bem nomear como perito(a) deste juízo, o Dra. MARCELA MENDONÇA SILVA, CRM – 15.591, médico(a) especialista em medicina do trabalho e clínica médica, assim como fixo os honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais). Desta feita, intime-se o(a) Dr.(a) Perito(a), através de intimação eletrônica já que possui da Certificação Digital ou em última hipótese, na Rua Simão Mendes, nº92/401, Jaqueira, Recife/PE, CEP 52050-110, Telefone: 81 999940135, 81 988122520 ou 81 32684030, para comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias e tomar o compromisso de estilo, lavrando-se termo, bem como designando data e hora para a respectiva perícia. Determino o prazo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do compromisso, para entrega do laudo pericial. Após a realização da perícia, determino, no mesmo ato da citação, a intimação da Seguradora Líder para custear a despesas referente ao trabalho realizado pelo perito, informando que o valor deverá ser depositado, no prazo de 15 (quinze) dias. Demais intimações necessárias. Publique-se. Cumpra-se. Recife, 8 de julho 2020. Carlos Eugênio de Castro Montenegro Juiz de Direito com"

RECIFE, 9 de julho de 2020.

MARILIA DOHERTY AYRES

Diretoria Cível do 1º Grau

